

CEF financia déficit fiscal dos estados

Liberação de recursos com juros mais baixos reduz encargos financeiros dos estados; inadimplência é zero

por Ivanir José Bortot
de Brasília

A Caixa Econômica Federal se tornou o principal instrumento da União para forçar uma redução do déficit fiscal dos estados. A liberação de recursos da CEF, com taxas de juro favorecidas, vem contribuindo para elevar o perfil de vencimento das dívidas dos estados e reduzir seus encargos financeiros.

Em apenas quatro meses a CEF liberou R\$ 1,798 bilhão de recursos a um grupo de quinze estados, com taxas de juro mensais que começaram em 2,95% e hoje estão em 2,29%. As taxas de juro são repactuadas a cada três meses, de acordo com os custos de captação da CEF. No último trimestre o custo médio de captação da CEF foi de 1,8% e foi aplicado sobre ele um "spread" de 0,5%.

"As estimativas preliminares são de que este ano os estados farão uma economia de R\$ 540 milhões com juros", disse o diretor comercial da CEF, Valdery Frota Albuquerque. A liberação de recursos em condições favorecidas aos estados vem sendo feita em troca de exigências duras fixadas pelo Tesouro Nacional.

"A primeira das exigências é a adesão do Estado à Lei Camata, que proíbe gastar mais do que 65% das receitas líquidas com o funcionalismo público", disse Albuquerque. Os estados devem privatizar empresas deficitárias, realizar programas de demissão de seus servidores e realizar esforços para aumentar a arrecadação dos tributos.

Linhas para financiar demissões, dívida vencida e operações de ARO

O efeito deste programa de ajuda da CEF aos estados começou a aparecer. O déficit nominal dos estados caiu de 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em janeiro para 3,17% do PIB em

fevereiro, e caiu de novo para 2,53% do PIB em março. No final do ano passado o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou um programa para renegociação de todas as dívidas de pessoal, e dívidas bancárias dos estados num novo esquema de 36 meses, desde que seja respeitada a data de dezembro de 1999 como prazo máximo de crédito.

Os financiamentos serão concedidos através de três linhas de crédito, desde que os estados não comprometam nestas operações mais do que 5%

das suas receitas líquidas. São as seguintes linhas de crédito: a "linha um" permitiu que qualquer dívida do setor público vencida até 30 novembro 1995 seja financiada integralmente; a "linha dois" permite aos estados obter recursos com a finalidade exclusiva de levar adiante programas de demissão voluntária de seus servidores diretos ou de empresas estatais. E a "linha três" possibilita transformar todas as operações de ARO (Antecipação de Receita Orçamentária) em dívida fundada com prazos de 36 meses.

O Tesouro Nacional está dando aval aos financiamentos concedidos pela CEF. Os estados, por outro lado, estão dando suas receitas do FPE (Fundo de Participação) como garantia para os recursos obtidos. "Até agora a inadimplência dos estados tem

sido zero", disse Valdery Frota de Albuquerque. De fato, segundo dados da CEF, os estados pagaram R\$ 175,9 milhões – de juros e amortizações do principal dos empréstimos tomados – entre janeiro e abril.

O Rio Grande do Sul tomou todas as três linhas de financiamento da CEF. Conseguiu levantar R\$ 344,6 milhões para o programa de demissão voluntária de pessoal, venda de estatais e refinanciamento de linhas antigas de ARO. Minas Gerais obteve R\$ 327,6 milhões de recursos nestas três modalidades de financiamentos.

"O governo gaúcho conseguiu um bom resultado fiscal com o programa de demissão de 14 mil servidores", disse Albuquerque. Ele informou a CEF está empenhada em fazer uma parceria com os estados para melhoria da sua arrecadação fiscal.

O programa prevê a troca de cada R\$ 50,00 em notas fiscais por um bilhete da "raspadinha" em qualquer casa lotérica. Os prêmios a quem acertar os números da "raspadinha" poderão ser desde eletrodomésticos até automóveis no valor de R\$ 25 mil. "Depende apenas de acerto com cada governador para saber os prêmios que poderão ser dados", afirmou Albuquerque.

O governo federal quer induzir os estados a adotarem cada vez mais gestões administrativas voltadas a uma melhora na arrecadação dos tributos e de redução de gastos. A CEF, que é uma instituição controlada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, vem sendo usada como instrumento para criar "uma cultura fiscal" nestas unidades federativas.